

RECREAÇÃO E LAZER - RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO FÍSICA

Daniela Gomes Rosado¹

Marizabel Kowalski²

Nayara Clara Lopes Moreira³

Douglas Alexandre Souza⁴

Na compreensão da recreação, do lazer e da ludicidade - jogos e brincadeiras - é reconhecer o desenvolvimento histórico e cultural e o próprio percurso da Educação Física. Esta pesquisa bibliográfica objetivou definir e discernir os pontos convergentes e divergentes entre recreação, lazer e ludicidade não se destinando a uma finalização, devido o número de conceitos e definições, bem como, a discrepância de pensamento e idéias dos autores e estudiosos. Entretanto para chegarmos ao ponto em comum concluiremos no confronto resumido de relevâncias encontradas para este momento.

Palavras-Chave: recreação, lazer e ludicidade.

RECREATION, LEISURE, LUDICIDADE AND RELATIONS WITH THE PHYSICAL EDUCATION

In understanding of recreation, leisure and game and play – the leisureliness - is to recognize the historical and cultural development and physical education journey itself. This bibliographic research search definite and discern convergent and divergent points between recreation, leisure and leisureliness does not offer a complete finalization, because of the large number of concepts and definitions, as well as the discrepancy of thoughts and ideas of authors and studies about to referential theme. However, In the meantime to arrive at common point in confrontation will impact summary found for this time.

Keywords: recreation, leisure and leisureliness.

1.0. Recreação

Compreender a recreação em seu desenvolvimento histórico e cultural é reconhecer o próprio percurso da Educação Física, uma vez que, no Brasil, o incremento de práticas recreativas foi responsável pela criação dos cursos de

¹ Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora

² Doutora em Educação Física pela Universidade Gama Filho

³ Graduado pela Universidade Federal de Viçosa

⁴ Graduado pela Universidade Federal de Viçosa

formação profissional em Educação Física (WERNECK, 2000; MELLO, 2003). Talvez, por isso, seja ela uma das atividades mais polêmicas, confusas e ardilosas. Além disso, é possível afirmar ainda que a recreação esteja intimamente relacionada à própria história da educação, da escola e especialmente do ensino primário público. Sua ocorrência pode ser observada ao longo do século XIX, período em que aparece como componente de um modelo educativo que ficou conhecido como médico-educativo-higienista.

Dentro desse projeto de formação e intervindo sobre a saúde biológica e social e da população, a recreação aparece como um importante instrumento pedagógico, cuja orientação era disciplinar o corpo no sentido de que no tempo livre não aproximasse da preguiça. Ela se configura como estratégia de tempos, espaços e práticas realizadas na escola, sobretudo nos momentos vagos entre atividades obrigatórias e, assim, torna-se um dos primeiros modelos de “Educação Física”, vindo a permanecer no ensino primário (infantil), cujo objetivo era “estimular o corpo e o espírito mediante a escolha seleta das brincadeiras, exercícios e distrações” (COSTA, 199, p. 183).

Por meio de atividades lúdicas, jogos e exercícios ginásticos, os limites entre trabalho e tempo, obrigação e diversão, eram tecidos e revestidos pelas noções de utilidade e recompensa que começam a ser “forjadas” pela prática da recreação e acionadas já nas primeiras lições da educação infantil. Desse modo, se num primeiro momento da história da educação no Brasil a recreação foi um importante recurso educativo-pedagógico-disciplinar destinado como auxiliador no ensino primário público. Posteriormente pode ser “vista” (utilizada) também como uma atividade responsável pela educação moral e cívica dos jovens e adultos. Esta mudança fora provocada pela emergência do movimento político pedagógico que ganhou cenário educacional brasileiro a partir das três primeiras décadas do século XX, introduzindo as idéias de uma escola renovada, estimulando a discussão sobre a qualidade do ensino reivindicando a especialização e a modernização das questões pedagógicas.

A Escola Nova, como ficou conhecida, proclama a reformulação dos métodos de aprendizagem, renovando a importância do jogo e da ginástica como componentes fundamentais da formação da personalidade, da civilidade, da disciplina e da liberdade, valores primários de uma sociedade em transformação. Sendo assim, tanto para jovens como para adultos, exercícios corporais e a recreação organizada desempenhavam um papel moralizador e cívico, visto que incentivavam a prática de atividades moderadas, arrefecendo as energias corpóreas e os anseios juvenis por

conta da curiosidade provocada pela prática da “Educação Physica”, capaz de propiciar o hábito da higiene, do equilíbrio psicossocial, do bom comportamento e do controle de si mesmo.

TEIXEIRA (1933) é um dos autores que, na época, apostavam nas finalidades da recreação, alegando que a vivência de jogos e brincadeiras é a melhor resposta às aspirações e interesse dos alunos. Nesse sentido, as condutas de ensino, as experiências científicas e a recreação mostravam-se organizadas, disciplinadoras e benéficas à manutenção da vida cooperativa da classe, indicando que o programa de atividades lúdicas escolares, nesse momento seguia uma perspectiva funcional que visava à formação e a modificação dos hábitos cotidianos dentro e fora da escola. Resumindo – construir um conjunto de jogos e regras envolvendo diversas outras atividades corporais. A recreação afirmava o seu caráter instrumental inculcando idéias, valores e saberes que formavam sujeitos adaptados às situações geradas pelas novas relações de trabalho, contribuindo para a consolidação da ordem burguesa e capitalista em formação. Observa-se, então que a recreação na perspectiva escolanovista era um importante recurso para a aquisição de hábitos e conhecimentos que visavam a orientar crianças e jovens, adultos (homens), a mulher com atividades diferenciadas de acordo com sua fragilidade física, sobre como “empregar ultimamente o tempo de lazer e diversão” (TEIXEIRA, 1933, p. 65), canalizando suas energias, promovendo a disciplina e o controle, desenvolvendo o gosto pelas atividades corporais e pelo comportamento saudável, o que reforça, mais uma vez, as idéias de pragmatismo e instrumentalização historicamente vinculadas à prática da recreação no Brasil. É com essa mesma conotação que a recreação foi estendida aos primeiros equipamentos públicos de lazer, por meio dos recém-criados centros de recreio que se desenvolveram a partir de 1920 em todo o país, paralelamente as políticas de urbanização e modernização das grandes cidades.

Talvez um dos maiores expoentes dessa época, com significativas contribuições sobre a recreação, seja MIRANDA (1941, 1962, 1984). É o conjunto de iniciativas institucionais experimentadas nesse período culmina com a criação do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, em 1943. Não mais como mero recurso disciplinar gerador de corpos e mentes saudáveis, obedientes e controlados, nem como uma atividade útil para a organização e emprego apropriado do tempo livre, agora o sentido que recai sobre a recreação vem do controle absoluto de todas as dimensões da vida humana, dentro e fora do trabalho. Nessa perspectiva, a recreação responde, como um conjunto de atividades operacionais, como conteúdo

a ser desenvolvido no tempo espaço do lazer, à necessidade de reposição, manutenção e preparação da força de trabalho, ou melhor, como fenômeno submetido à lógica da política e da economia do trabalho.

Para SUSSEKIND, MARINHO e GÓES (1952), “a melhoria do nível educacional do trabalhador, sua maior integração social, seu equilíbrio biológico, são, portanto, os três grandes objetivos da recreação” (p. 17). Entendida como instrumento de organização das atividades de lazer, a recreação reforçava saberes e práticas para além do espírito lúdico, da espontaneidade, da manifestação dos interesses da criança ou da “bem intencionada” educação física, moral e cívica. Ela denota interesses de classe, reproduz valores hegemônicos, forja subjetividades, inculca princípios, desejos e necessidades que mantêm correspondência com as idéias da sociedade burguesa e capitalista. E não por acaso, é com essa conotação que a recreação é integrada aos cursos de formação de Educação Física, compondo seu universo acadêmico e seu campo profissional. Exemplo disso era a existência, até a bem pouco tempo, de uma disciplina responsável pelas questões relacionadas à Educação Física, Recreação e Jogos. Acreditava-se, por todas essas relações historicamente construídas, que a recreação era propriedade da Educação Física, um conteúdo ou atividade a ser desenvolvida sob a responsabilidade desta.

MARINHO (1981), catedrático intelectual da área, destinou obras inteiras ao estudo das relações entre Educação Física e a Recreação, concebendo esta última como sendo “a atividade física ou mental a que o indivíduo é naturalmente impelido para satisfazer as necessidades físicas, psíquicas ou sociais, de cuja realização lhe devém prazer” (p. 34), o que significa que sua conotação como atividade vem prevalecendo no campo. Depois de MARINHO, outros estudiosos também deixaram referências importantes sobre a recreação para a área da Educação Física. É o caso de Teixeira e Figueiredo, que na década de 1970 dedicaram-se à sistematização das questões concernentes à recreação, contribuindo para a proliferação dos “manuais” ainda muito utilizados nesse campo. Localizados desde uma perspectiva compensatória e utilitarista do lazer (MARCELINO, 1987), afirma ser função da recreação, além do emprego adequado do tempo livre, a recuperação da força de trabalho, o que por sua vez, resulta em benefícios para a própria indústria, pois que “o operário descansado, restaurado, saudável, contente e alegre, sentir-se-á feliz e assim, produzirá muito mais e certamente mais barato” (TEIXEIRA, FIGUEIREDO, 1970, p. 58).

Data também, deste período a obra prima de MEDEIROS (1975), na qual introduz aspectos psicológicos à vivência da recreação. Segundo esta autora o que caracteriza as atividades de recreação é a atividade ou disposição do executante, “marcadas sempre pela livre escolha da pessoa que com elas preenche as suas horas vagas, visando unicamente à alegria intrínseca a tais ocupações” (p. 131).

Esta autora relaciona a dimensão da atitude e da subjetividade à prática da recreação de forma inovadora para a época. Daí em diante muito outros autores seguiram o caminho em que a recreação foi ganhando novos sentidos e conotações, embora as modificações operadas na dinâmica social já exigissem um repensar do lugar ocupado por ela até então.

A concepção do conceito de recreação que permaneceu, entretanto, segundo WERNECK (2003), reforçou a ênfase sobre o seu caráter técnico operacional prevaemente até os dias de hoje. Nesse sentido, cabem aqui algumas interrogações:

a) Até que ponto é possível recuperar o sentido lúdico e criativo contido nas origens etimológicas do termo recreação?

b) Seria possível superar o enfoque técnico-instrumental que incide sobre a atividade recreativa em si, mesmo sabendo que toda atividade (e a recreação não foge à regra) promove e denota valores, concepções e interesses político-sociais? E ainda,

c) Que comprometida com uma orientação político-ideológica crítica, em que medida é possível construir novas referencias ou metodologias que levem em conta a experiência e a apropriação de práticas culturais de modo articulando aos saberes teórico-práticos que as fundamentam?

Observando os diferentes contextos sócio-culturais, tudo leva a crer que a cultura lúdica integrante da construção de saberes, das formas de sociabilidades, das manifestações festivas, advém não da recreação, mas dos jogos e brincadeiras que, em qualquer tempo, lugar e espaço, são expressões de desejos e necessidades humanas. Por isso, talvez seja necessário compreendermos que na atualidade a recreação se converteu e se consolidou num saber-instrumento que foi apropriado pela escola, pelo lazer, pela família, pela igreja, pelo esporte, enfim, pelas diferentes instituições sociais que fazem dela uma manifestação com conteúdos, características e qualidades ajustáveis aos diferentes contextos e situações. Isso impõe desafios não só a Educação Física, mas a qualquer prática pedagógica que se valha da recreação, no sentido de descobrir, com ela, novas possibilidades de construção de experiências educativas e culturais verdadeiramente ricas e libertadoras.

2.0. Lazer

Sem dúvida alguma o entendimento sobre o lazer é fundamental com relação à recreação, na tentativa de compreender, em seus vários aspectos, a Educação Física. Esta em sua constituição como prática pedagógica e campo de conhecimento, em nosso país, é influenciada não somente pela escola e a escolarização da cultura corporal, mas igualmente, pelo processo de institucionalização do lazer via recreação.

Assim como na escola, práticas corporais como a ginástica, formadoras de homens e mulheres fortes e saudáveis, pois detentoras de um caráter disciplinador, higiênico e eugênico, também foram incorporados aos primeiros centros de recreio que se proliferaram em todo o país ao longo das primeiras décadas do século XX. Além desta, o esporte, as lutas, os jogos e outras atividades – como os acampamentos, as instruções cívicas – eram diariamente aplicadas por um programa recreativo vinculado ao projeto de formação de um novo homem e de uma nova cultura. Era necessário que jovens e adultos internalizassem, por meio de hábitos corporais, regras de convivência, idéias, valores e saberes sintonizados com os interesses do novo mundo do trabalho e da ordem burguesa, liberal e capitalista que se instaurava no Brasil naquela época.

Ao mesmo tempo, acompanhando o desenvolvimento das cidades e do modo de vida urbano, a expansão do comércio faz surgir uma série de serviços ligados aos divertimentos e à cultura lúdica, isso sem falar do associativismo que conferiu à sociabilidade compartilhada por meio do esporte, dos jogos e dos passatempos típicos da aristocracia como elemento de identidade e distinção de classe. Assim, somadas à iniciativa dos centros de recreio e a intervenção pública na tradição dos divertimentos populares – notadamente no que se refere à criminalização do “ócio” – tais manifestações conferem forma ao tempo, ao espaço e às práticas que passam a construir o “lazer”, uma instituição social que nesse contexto, agregou determinados comportamentos e modos de utilização do tempo livre, conferindo à prática do lazer um estatuto próprio. Constituindo-se, então como um tempo e espaço de organização da cultura, o lazer cria e recria um novo circuito de práticas culturais lúdicas e educativas, doravante experimentadas de acordo com a capacidade de consumo dos indivíduos, com as forças político-sociais em disputa e com a nova funcionalidade – produção e reprodução da força de trabalho – a ele atribuída. Sendo assim, o lazer pode ser compreendido, tal como sugere MASCARENHAS (2003, p. 97), como “um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que

se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia.

Nesse sentido, o lazer compõe uma esfera da vida cotidiana atravessada pelas mesmas forças que atuam sobre a sociedade em sua totalidade, configurando-se na medida em que estabelece interfaces com a dinâmica mais ampla da economia, da política e da cultura. Ele se revela cercado tanto pelas determinações objetivas, derivadas do modo de produção social da existência humana, como pelas subjetivações que se traduzem pelas diferentes maneiras de compreendê-los, explicá-lo e transformá-lo. É da produção material e simbólica da existência humana, cuja centralidade é dada pelo trabalho, que se emerge o lazer. Por conseguinte, o lazer está para o mundo do trabalho assim como o trabalho está para as aspirações e necessidades humanas, cujas possibilidades de realizações passam, inclusive, pelo próprio lazer. Determinando-se mutuamente, lazer e trabalho constituem, portanto, fenômenos indissociáveis da cultura humana.

Em todo meio, todavia, são muito freqüentes as associações entre lazer e trabalho como pólos opostos. Segundo este entendimento, o trabalho significa depreciação, exploração, sacrifício. O lazer, em contrapartida, sugere liberdade, alegria e realização humana. Sabemos, porém, que enquanto o trabalho estiver subordinado a satisfação de necessidades imediatas e o produto do trabalho permanecer estranho ao seu produtor, o lazer não passará de uma possibilidade de compreensão ou até de reprodução dessa relação. “Uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com (tempo) verdadeiramente horas livres” (ANTUNES, 1995, p. 86)

Sobre isso se faz importante destacar que o tempo livre não é ou menos “livre” por que está submetido a processos de coação ou as normas de conduta social, assim como indicado por MARCELINO (1987), mas por que o tempo livre é a extensão da lógica do trabalho às demais instancias da vida humana. Isso não quer dizer, entretanto, que a categoria “tempo livre” seja inválida para a compreensão do lazer. Ao contrário operamos com tal categoria por que nela visualizamos o período, o tempo social e as relações estabelecidas para que o lazer aconteça, evidenciando que o tempo livre é condição para o lazer, mas não é a garantia de que este se realize, até porque no tempo livre estão contidas outras práticas sociais que de longe se confundem com o lazer, conforme já alertou MASCARENHAS (2000). Enfatizamos esta idéia visto que desde a regulamentação da jornada de nosso país

institucionalizou-se, concomitantemente, um tempo livre de trabalho, que também pode ser compreendido, de acordo com MUNNÉ (1980), como um tempo livre para, isto é, para o desenvolvimento das mais distintas práticas culturais, para o descanso ou contemplação, bem como para a realização de atividades obrigatórias, de formação pessoal ou social.

Assim, se de um lado o tempo livre se apresenta uma conquista dos trabalhadores, em contrapartida o tempo livre para não escapou ao controle da ocupação útil e adequada proposta pela intervenção do ócio criativo e a invenção do lazer (DE MASI – MARCASSA, 2000). Como uma esfera de ação lícita, mas vinculada à lógica do trabalho alienado e da produção capitalista, o lazer, como fenômeno isolado, revela-se incapaz de tornar o homem mais feliz, mais livre ou mais satisfeito se o trabalho, de igual forma, não lhe proporcionar alegria, oportunidade de criação e realização. Dessa forma, parece-nos imprescindível que junto com a luta pela redução da jornada de trabalho, seja pautada também na necessidade de transformação do trabalho e do lazer a fim de que se façam sintonizadas com os propósitos de qualificação e enriquecimentos humanos.

Sabemos, por outro lado, que esta luta, muitas vezes alienante, posto sobre o lazer incidem valores, comportamentos, significados e saberes que reforçam a visão de mundo hegemônica. Isso sem falar de todo um mercado em torno do lazer, cujo exclusivo objetivo é o de gerar lucro mediante o consumo generalizado de pacotes, serviços e mercadorias associadas à diversão e ao entretenimento. Ainda que este seja um processo alienante, não podemos ignorar que ele ocorre para a educação e a formação cultural da sociedade, muitas vezes, com a educação escolar e doméstica, mas, sobretudo, com a educação para a democracia e a participação para a liberdade e a cooperação. É nos momentos de lazer que os jovens criam e reforçam seus laços de identidade social, que as crianças, por meio da atividade lúdica, interpretam e ressignificam o mundo que as cerca, que os adultos tecem suas relações sociais e renovam valores e comportamentos que fundamentam os princípios éticos, estéticos e políticos que regem a sociedade. Significa que o lazer, no sentido assinalado por GRAMSCI (1990), como lugar de organização da cultura, é também tempo e espaço de educação e, sendo assim, torna-se palco social de disputa hegemônica, em que a tensão se dá entre a penetração massiva da indústria cultural no mercado de diversão e do entretenimento e a ação política e pedagogicamente orientada para a formação crítica criativa.

Assim sendo, estamos afirmando que o tempo livre conquistado pelos trabalhadores e que hoje é hegemonicamente dominado pela lógica do capital, também é fundamental para a própria formação dos trabalhadores, permitindo a estes que acessem os saberes, técnicas e bens culturais necessários a sua luta por melhores condições de vida e trabalho.

Essa é a contradição do lazer que precisa ser mais bem tratada. Não queremos defender, no entanto, que o lazer voltado para as classes dominantes seja entendido às camadas populares como forma de pseudo-democratização das práticas e manifestações culturais, alternativa esta difundida pelo viés da animação sociocultural. Queremos que no lazer seja feito um investimento humano, isto é, que o lazer contribua para a educação multilateral de indivíduos e coletividade. Estamos nos referindo aqui aos sentidos inerentes as inúmeras possibilidades de lazer que podem ser experimentadas e seu caráter político-cultural. Nesse particular, reforçamos a importância do acesso a amplitude de conteúdos que são envolvidos pelo fenômeno do lazer e da oportunidade de, nos dias atuais, mesmo ante as dificuldades e injustiças do dia-a-dia, vivenciarmos o lúdico, produzirmos cultura e construirmos a História.

Além disso, é essencial, para que essa experiência lúdica do lazer seja ainda mais rica, que os trabalhadores que atuam neste corpo, estejam suficientemente preparados para o desenvolvimento de projetos de lazer – educação comprometidos com a promoção do homem, no sentido de torná-lo cada vez mais capaz de conhecer a sua realidade, para nela intervir com vistas à ampliação da liberdade, da autonomia, da comunicação e da colaboração (SAVIANI, 1996). É aqui que entra a Educação Física como uma das áreas envolvidas com a formação de educadores para atuarem junto ao lazer. Embora não seja única, dado que o lazer é um campo transdisciplinar de estudos e intervenções e que, para dar conta da sua amplitude e diversidade são necessárias estratégias de atuação simultâneas, paralelas e em seu conjunto, é grande a responsabilidade da Educação Física perante a preparação de profissionais competentes e socialmente comprometidos para atuarem neste âmbito, até por que o lazer foi e, continua sendo, uma das áreas de estudo e intervenção mais significativas.

3.0. Características básicas operacionais dos conceitos de Recreação/ Lazer/ Jogo e Brincadeira para Educação Física

3.1. Recreação

A recreação, em resumo, sua etimologia vem do latim “recreare” e significa “criar novamente”, no sentido positivo, ascendente e dinâmico. Toda recreação para atingir seus objetivos de contribuição no desenvolvimento intelectual, de raciocínio lógico e físico, pode ser construtiva de modo que os objetivos definidos possam ser alcançados de maneira prática e satisfatória. Segundo o Dicionário Prático da Língua Portuguesa (RIOS, 1997, p. 142). Recreação pode ser definida como: “(...) algo que dá diversão, prazer, satisfação e alegria”. Para BARTHOLO (2001, p. 91) “a recreação, portanto, é uma atividade que se processa a partir do enfoque simultâneo da sensibilidade, da consciência e da cultura em sua ludicidade e criatividade.”

Para demonstrar a ampliação de recreação ROUSSEAU apud FERREIRA (2003, p. 15) definiu o termo como “total liberdade da criança”. PESTALOZZI colocou em prática, tornando reais, as idéias de ROUSSEAU, deu liberdade, o direito de correr, pular, jogar, viver para consumir as energias através desta atividade prazerosa. Diante do exposto temos que a recreação é a expressão pelas atividades prazerosas, sem limitação de idade, que traz satisfação, bem estar físico e mental e alegria.

A recreação apresenta cinco características básicas, as quais deverão ser observadas, pois uma vez quebradas fazem com que o praticante não a desenvolva na forma mais ampla. São elas:

1. A recreação deve ser encarada pelo praticante como um fim em si mesmo sem que se esperem benefícios ou resultados específicos. A pessoa que busca sua recreação não pode ter outro objetivo com a prática quem ao apenas o fato de se recrear. Há um total descompromisso e gratuidade na entrega ao teor das atividades como aproveitamento do acontecido. Não buscar qualquer tipo de retorno ou recompensa.

2. A recreação/atividade “deve” ser escolhida livremente e praticada espontaneamente, segundo o interesse próprio, não imposto sob o desejo do outro. O individuo “deve” ter oportunidade de optar quanto àquilo que pretenda fazer em favor de sua recreação e, se preferir, optar por não tê-la naquele ou em qualquer momento. Uma pessoa não “deve” ceder aos desejos do outro neste contexto, ou seja, forçar a uma pratica que não lhe convém por livre espontânea vontade de usufruir do acontecimento, podendo apenas optar por sugestões ou motivações. Ninguém recreia ninguém. Os profissionais da recreação apenas criam circunstâncias propícias para que pessoas e grupos possam encontrar momentos de recreação.

3. A prática da recreação busca levar o praticante a estados psicológicos positivo. A recreação tem caráter hedonístico, está sempre ligada ao prazer, à

recreação busca prazer, alegria e descontração. O importante é o cuidado com a prática de determinadas atividades lúdicas que durante seu desenrolar podem vir a desviar-se acarretando no praticante sentimentos indesejados e expondo-o a ações negativas.

4. A recreação deve ser de natureza a propiciar a pessoa exercícios de criatividade elevando a liberdade de atitudes de mudanças. Na medida em que se ofereça estimulação, essa criatividade irá ao encontro da plenitude e satisfação pessoal/subjetiva. O momento da prática recreativa esta propicio ao desenvolvimento da criatividade? Pois de acordo com as características anteriores, notamos que não existem cobranças e exigências de condutas e comportamentos que não há nada a perder, nem mesmo tempo, porque é lúdico passar o tempo brincando, não importando por quanto tempo e o tempo tem para estar ali. A importância da criatividade é o despertar no individuo a capacidade de ser capaz de elaborar argumentos de engrandecimento da personalidade no seu próprio descobrimento como pessoa preparando-a para uma condição de vida no seu próprio olhar sobre si mesmo. O trabalho recreativo será mais bem avaliado e aproveitado em seus quesitos mais específicos quando desenvolvido nas mais variadas etapas da vida cultuando a satisfação, prazer e alegria de estar junto.

5. Nas características de organização da sociedade nos níveis econômicos, sociais, políticos e culturais, em geral, a recreação de cada grupo é escolhida de acordo com o interesse comum dos participantes. Pessoas com as mesmas características têm tendências de se procurarem e se agruparem. Seu comportamento e condutas são similares. Essas pessoas formam os grupos de semelhantes. Cada grupo de “iguais”, de acordo com suas características de caráter humano de vivência perfilam a busca de atividade recreativa determinada para satisfazê-la. Entretanto, muitas vezes, necessitam de intervenção para não cair rotineiramente na mesma atividade e isolar-se. Pessoas semelhantes buscam situações semelhantes de recreação. Pessoas diferentes buscam recreação de várias formas e correm risco de não estar satisfeitos por maior tempo até reconhecer uma das práticas que possa aprendê-la. É a isso que se deve ater-se devido à dificuldade de atrair os grupos heterogêneos na sua totalidade para uma mesma atividade lúdica.

3.2. Lazer

A palavra lazer deriva do latim “livre” – e significa ser lícito, ser permitido. O conceito mais aceito de lazer é do sociólogo francês Joffre Dumazedier que o

caracteriza como um conjunto de ocupações as quais os indivíduos podem integrarem-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais e sociais” (1980, p. 20).

CAMARGO (1989) define como qualquer atividade que não seja profissional ou doméstica: “um conjunto de atividades gratuitas ou não, prazerosas, voluntárias e libertárias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizados em tempo livre, cabulado (roubado) ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstica e que não interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos (1989, 79-80).

Podemos destacar abordagens de lazer em pelo menos duas situações: a *primeira* quando o foco principal da análise é um dos conteúdos culturais, ou seja, ao analisar as atividades artísticas ou práticas físico-esportivas, por exemplo, ou autores abordam conteúdos ou situações de lazer. A *segunda*, quando o foco principal de análise e a marca da obrigação caracterizado por componentes impostos, como por exemplo, o lazer nas relações familiares com encontros pré-determinados por tempo e espaços realizados com frequência (MARCELLINO, 1998, p. 19).

Norbert Elias, diferentemente dos autores citados. Cita que nas sociedades como a nossa somente uma parte do tempo livre fora do tempo do trabalho econômico pode dedicar-se as atividades recreativas, de lazer e de ócio. Em termos gerais, ELIAS distingue, o tempo livre das pessoas, em cinco esferas distintas que representam atividades neste período:

- a) *Trabalho Privado e Administrativo Familiar* - representado pelas atividades domésticas e de provisão, cuidado dos filhos etc.. As duras penas pode ser considerado “ócio”.
- b) *Descanso* – sentar-se, fumar-se ou tecer, andar pela casa, não fazer de concreto, dormir. Poderíamos chamar de “ócio” a esta classe de atividades, por serem claramente distintas de muitas outras atividades recreativas como o jogo, o esporte, o teatro, etc., no entanto aproxima-se do “tédio”.
- c) *Satisfação das necessidades biológicas* – todas as necessidades fisiológicas/biológicas a que subvem em tempo livre, então socialmente estruturadas e incluídas no comer, no beber, no defecar, fazer sexo e dormir, podendo converter-se em rotina.

- d) *Sociabilidade* – a esta classe pertencem as atividades que, todavia guardam certa relação com o trabalho, tais como visitar amigos e companheiros do trabalho, da escola, do time ou sair em viagem de excursões programadas por setores sindicais, associações em que a companhia seja conhecida, outras seriam encontrar-se na igreja, bar ou clube, com um fim em si mesma. Os tipos sociais como forma de sociabilidade para passar o tempo varia muito e aproxima-se de formas modernas do lazer e da recreação da nova ordem de consumo.
- e) *A classe das atividades miméticas ou de jogo* – a esta classe pertencem as atividades, as quais mostram uma grande diversidade englobando as recreativas de cavalo, caçar, pescar, jogar baralho, escalar montanha, dançar, assistir jogos no estádio ou via televisão em grupos familiares ou não, amigos, mistos ou sozinho. Estas atividades são do tempo livre com características de “ócio”, mas “ócio criativo” (DEMASE, 2000).

Jurgen Habermas vê três formas de comportamento no tempo livre, estando estas relacionadas com o trabalho:

- a) *Regenerativa* – neste processo o tempo livre serve para recuperar as forças de uma jornada fisicamente ativa e cansativa de rotina do trabalho econômico. No início da industrialização esta forma de comportamento desempenhou papel essencial, atualmente, a mesma se encontra tão somente em um grupo limitado de ocupações, já que muitas profissões não requerem esforço físico dispendioso, no entanto o “estresse” delimita tempo e espaço nas novas atuações profissionais.
- b) *Suspensiva* – nesta forma se executa durante o tempo livre um trabalho sem a determinação exógena e sem a despreocupação da exigência do trabalho profissional. Como exemplo dessa forma de comportamento se menciona a continuação do trabalho formal com associações políticas, religiosas e sindicais, vindo a caracterizar-se por algum período histórico da Revolução Industrial como “trabalho negro”.
- c) *Compensativa* – esta forma de comportamento tende a compensação psíquica das seqüelas nervosas do trabalho. Como exemplo, assinala HABERMAS, a maior dedicação à família, ao aproveitamento dos modernos meios de satisfação do lazer proporcionado pela chamada indústria cultural e, finalmente, a ocupação em esporte e jogos como praticante, assistência ou ativista. Porém, o autor duvida de que na realidade possa dar-se esta possibilidade compensadora, pois estas áreas mostram características que se assemelham ao trabalho rotineiro.

A análise de Habermas demonstra, ademais, que o incremento de horas livres, a redução da semana de trabalho ou a extensão das férias não são suficientes para proporcionar “esse verdadeiro tempo livre” ganho no transcurso do desenvolvimento industrial; também se necessitam trocas e medidas sociais (p. 99), no que concordam SANTIN (1987) e CUNHA (1978). Ao falarmos em tempo livre, educação e natureza humana estamos referindo-nos a valores muito caros em nossa sociedade, mas nem por isso suficientemente discutido, analisado e, sobretudo, vivido, como é o assunto da liberdade. Todo trabalho realizado por necessidade não é livre. O não-trabalho, visto que deve anular os efeitos nocivos da jornada intensa das horas de labor (cansaço, tédio, estresse, repetição, etc.), também é não livre. O tempo livre será livre quando não for uma necessidade e gerar qualidade de vida na vida dos seres humanos.

Apesar das diversas definições de lazer serem direcionadas para a mesma linha de pensamento sobre as atividade que podem caracterizá-lo em nosso tempo livre, desde que planejado, usufruído e prazeroso, pode ser utilizado durante o cotidiano sem haver prejuízo as obrigações diárias, sendo uma atividade voltada para a busca do trabalho. Entretanto as atividades de lazer, ao contrario do que muitos pensam, podem vir desacompanhadas da recreação propriamente dita, esse embasamento ocorre a partir do fato que o lazer não pode ser encarado como um conceito limitado de “conjunto de recreações”.

Já nas considerações do “Lazer e Qualidade de Vida”, por muito tempo, as pessoas lutam pela redução da jornada de trabalho – trabalhadores ou não, atividade de construção humana são impostas desde o nascimento – estudos, tarefas e cotidiano – envolvem-nos o tempo todo – assim, lutamos para ter tempo livre e buscamos qualidade de vida, ou seja, trabalhamos para te lazer. Com a revolução industrial e mais ainda após a Segunda Guerra Mundial, os trabalhadores das fabricas conquistaram uma grande redução das horas semanais de labor, diminuindo o tempo de trabalho e conseqüentemente aumentando o tempo livre. Na realidade, muito mais que o tempo livre, estes homens e mulheres conquistaram o direito ao lazer. Não somente sobrava tempo para se divertir, relaxar, para entreter-se e Agar categorias de shows, jogos esportivos, cinemas e teatros para o desenvolvimento pessoal e social, aumentando a qualidade de vida, saúde e conseqüentemente aumentando a expectativa de vida dos trabalhadores.

As conquistas não se mantiveram somente na redução do tempo de trabalho, mas no investimento das empresas de seguro, setores médicos e de apoio psicofísico destas pessoas que desempenham atividades comprometedoras de sua vida. Pois,

quando falamos em trabalhador não estamos nos referindo somente aos industriários ou operários das fabricas ou manufactureiros, mas de todas as pessoas que, de uma forma ou outra, ocupam seu tempo produzindo, gerando recursos de subsistência, seja na indústria, no comercio, a criança e o adolescente na escola, o jovem universitário, a dona de casa, enfim todos aqueles que estão relacionados a produção e formação da mão-de-obra. Talvez, na época da revolução e conhecimentos e busca de seus direitos, desconhecia-se os termos “tempo livre”, “lazer” e “direitos humanos”, mas com certeza sentiam a necessidade de respeito a sua vida privada e social coletiva, a sua saúde e na melhora da qualidade de vida.

Atualmente, observamos que a busca dos direitos ao lazer, tempo livre, qualidade de vida e saúde na mudou certos hábitos impostos pelo lema Marxiniano – “o trabalho dignifica o homem”, “Deus ajuda quem cedo madruga”, e ainda mais o aparecimento de termos como – “vagabundo”, “ocioso”, “vadio”, caracterizam os desocupados e aparecem pejorativamente quando necessitamos exprimir o quanto somos insignificantes perante a sociedade moderna legislado pelas leis dos afazeres trabalhistas. Esta luta atual não é mais com empreendedores, donos de fabrica, mas com o progresso e o ritmo da vida moderna, com a velocidade da informação, com o tecnológico e com nós mesmos, pois, necessitamos urgentemente aprender a aprender a ter “tempo livre” e principalmente, preenche-lo de “lazer”.

A qualidade de vida como componente da corrida tecnológica aparece na contramão do progresso quando a tecnologia tem contribuído para o desenvolvimento humano de comunicação e informação e ao mesmo tempo tem sido prejudicial “aprisionando” as pessoas a equipamentos impedindo-as do contato com o outro, junto no meio de todos. Entretanto vemos que o lazer como qualidade de vida tem sido diretamente relacionado ao poder aquisitivo. Necessitamos sim, de esclarecimentos de que o direito a ter lazer é garantido pela Constituição Brasileira e faz parte dos Direitos Humanos, e que possamos entender que o divertimento, o entretenimento, o lúdico podem ser usufruídos em quaisquer situações pagas ou não. Usufruir das oportunidades naturais, parques, praças, feiras, praias, não existe preço para melhorar a qualidade de vida, estar consigo mesmo, com o outro, junto dos outros parte de ser humano.

3.3. O Jogo

A palavra “Jogo”, segundo o Dicionário Aurélio (1988), é uma atividade física ou intelectual organizada por um sistema de regras que definem a perda ou ganho –

brinquedo, passatempo, divertimento. Para HUIZINGA (1993), o jogo é uma atividade de ocupação voluntária dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, seguindo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotados de um fim em si mesmo, acompanhado de sentimentos de tensão e alegria, e consciência de ser diferente da “vida cotidiana”. Para VYGOTSKY apud FERREIRA (2006) afirma que nem sempre o jogo possui essas características, porque em certos casos “há esforço e desprazer” na busca do objetivo da brincadeira.

FREIRE (1994, p. 116) define o jogo da seguinte forma: “o jogo implica a existência de regras e de perdedores e ganhadores quando sua prática”. Se uma atividade recreativa permite alcançar a vitória, ou seja, pode haver um vencedor, estamos tratando de um jogo. Podemos destacar algumas definições objetivas do jogo:

- a) Tem um final previsto
- b) Tem regras
- c) Tem um objetivo a atingir
- d) Apresenta uma evolução regular: começo meio e fim

A idéia de jogo mais defendida para a aula de Educação Física segundo Victor Pávia (Dicionário Crítico de Educação Física), (salvo nos casos em que para não dar aula) é a do jogo útil, uma idéia, se permitem o termo, instrumental do lúdico. O observador atento pode afirmar que no contexto escolar, embora não apareça com as vestes dos atos solenes, o jogo costuma se maquiado de ato sensato e racional e, por isso, útil. É que o jogo escolarizado, entendendo por “escolarização” esse processo de seleção e adaptação de objetivos, conteúdos, métodos, recursos, que imprime um “selo” particular a tudo que se organiza na escola, até convertê-lo no que POPKEWITZ (1992) descreve acertadamente como uma prática imaginária. Partamos então de uma hipótese: a escolarização da Educação Física tende a reproduzir uma forma de jogo predominante e um modo de jogar dominante.

Mas, o que quer dizer “jogo”? E o que significa “jogar” na Educação Física? E recreação, é brincadeira, é lazer, é esporte? Em diferentes idiomas e em forma condizente com o termo “jogo” se utiliza para indicar união e movimento (inclusive quando as junções de certas peças mecânicas mostram algum nível de desgaste se diz que tem “jogo”), conjunto de elementos que combinam entre si (um “jogo” de talheres ou de moveis), artefato ou instalação (os “jogos” infantis das praças), atividades específicas (“jogos” de engenho, e neste caso o termo opera como substantivo), ação (eu jogo minha carta o termo opera como verbo).

Para palpar a espessura de tal universo de significados, há que somar ao uso do termo em forma direta o emprego da forma indireta ou figurada. São inúmeras as ocasiões nas quais desde a economia, a arte, ou a política se utiliza “jogo” como metáfora. Em direção contrária a do sentido figurado (que leva as representações sociais do “jogo” e do “jogar” até territórios insuspeitos), circunstâncias há nas quais o termo é utilizado com um sentido restrito. Se alguém, ao observar uma criança ocupado com papeis, pinceis e tintas, perguntasse ao seu pai ou sua mãe que está fazendo o filho ou filha nesse momento, é provável que a resposta regular de seus progenitores seja “está jogando” ou “está brincando”.

Mas quem está entretido com papeis, tintas e pinceis é a própria mãe e pai, a resposta possivelmente seja: “estou pintando”, passando o tempo, fazendo lazer ou, acima de tudo, trabalhando. Como assinalam Reyes Navia et AL (2000) as crianças costumam diferenciar o pintar do jogar e são adultos que sentem que “jogam” quando com um pincel na mão, lançam-se a explorar o espaço, passar o tempo, montar formas fazer o “jogo de cores”. O tema é contar com identificadores que permitam determinar quando uma criança e um adulto estão fazendo a mesma “coisa” e sob que condições essa “coisa” pode ser chamada/identificada como “jogo”. Este não deixa de ser um enfoque menor para quem julga necessário propor interrogações a respeito do “jogo” e do “jogar”.

O conglomerado de teorias disponíveis, já vem há muito incomodando os pesquisadores, uns falam em teorias funcionalistas, outros estruturalistas de base biológicas, alguns psicológicas e tanto vislumbram a categoria sociocultural, cujos ecos ressoam nos pátios da Educação Física a – crítica, costumam configurar objetos diferentes. Já HUIZINGA (1971) lançou a suspeita de que as teorias do jogo são tão diferentes que não conseguem excluir-se entre si, e outro clássico, CALLOIS (1958), expressou sua convicção de que as teorias não parecem falar da mesma coisa. Mais recentemente, ELKOINEM (1980) anunciou a possibilidade de que “jogo” não seja conceito científico em sentido estrito. Como “jogo” se define tanto o “esconde-esconde” como o “pôquer; as bonecas do xadrez com a mesma palavra que se evoca a singeleza do “gude” com a grandiosidade do “golfe”.

DICKERSON (1993) sugeriu que é um erro pretender que o jogo defina um tipo homogêneo de atividades. tanto assim, que parafraseando WITTOGENSTIEN (1988), muitas dessas atividade denominadas “jogo” só tem, em comum, certos imprecisos rasgos que mal conseguem outorgar-lhes um grau de contingente e arbitrário parentesco. Características que, como se não estivesse já suficiente enredado o

objetivo a estudar, em alguns casos remete a “forma” e em outro ao “modo” como acontece.

Neste caso, precisamos o conceito de “forma de jogo” e “modo de jogar” são duas dimensões a considerar para uma análise crítica da atividade lúdica que se desenvolve nas aulas de Educação Física. Em nossos estudos interpretamos como “forma” a aparência singular que dá identidade a um jogo específico, sua configuração geral, o que o expressa como uma totalidade organizada e empurra os jogadores a respeitar determinados requisitos de apresentação e desenvolvimento (em sentido direto-formalidades). Requisitos nada puris, posto que reafirmam o sentido próprio de um jogo determinado (sua estrutura, sua profundidade e sua explicitude) e as regras básicas conseqüentes (sua estrutura externa implícita). Sem prejuízo de múltiplas variações e/ou adaptações, é a “forma” o que identifica e diferencia um jogo de outro, mantendo certas constantes estruturais, cuja análise, por enquanto, escapa ao alcance limitado desta descrição (PAVIA, 2000-2005; PAVIA et AL, 2000; RUSSO, 1994).

Comparado com a “forma”, o “modo” é mais subjetivo, mais eventual, mais frágil – é a maneira particular que adota o jogador de pôr-se em situação de aoplar-se a atividade de proposta de jogo. Não uma maneira qualquer, mas aquela livremente eleita que expressa a característica pessoal. Sobre o particular – e sem transgredir os limites circunscritos de um trabalho deste tipo – assinalarmos sucintamente só duas questões que julgaremos essenciais.

A *primeira* tem relações como o fato de que, como a liberdade de “eleger” não opera isolada de um contexto social e histórico determinante, é lícito supor que o “modo” reproduz e ao mesmo tempo produz matizes de um jogador “prisioneiro de regras”. A *segunda* faz referencia a que, enquanto tal “modo” se vincula até um ponto com a atitude (dado que supõe um grau de hiper-especificidade comportamental mais ou menos estável, no contexto do aprovado e desaprovado e, também, com o desejo (posto que é possível conjecturar o que vai em sintonia com a satisfação de uma necessidade singular).

Mesmo que sua separação seja só formal, uma vez que no terreno do fático configura uma relação em espelho e existem permeabilidades entre forma, modo e contexto, as formas de jogo e os modos de jogar na aula/escola, constituem duas dimensões a considerar numa análise crítica da Educação Física. Interpelar essa relação do ponto de vista, vale dizer, desde a perspectiva dos jogadores controla o observador a perguntar-se “menos o que é o jogo e mais o que é jogar”, “menos o que

pode ensinar por meio dele (preocupação emblemática do eficientismo didático) e mais a necessidade de saber para convidar a jogar um modo determinado de jogo”.

Perguntar-se também se é possível que exista um modo lúdico de jogar um jogo, aproveitando a energia tautológica para inquirir se acaso a escolarização da Educação Física não reproduz uma forma “predominante” de jogos: o jogo desportivo de concorrência, e um modo “dominante” de jogar: jogar a sério, o que equivale a dizer de um modo não lúdico, isto afirmando de modo hipotético.

Considerações Elucidativas

Nas diversas discussões sobre terminologia, uma delas é sobre a diferença entre brincadeira e jogo. Vamos, portanto, estabelecer algumas características de um e de outro para podermos padronizar essa nomenclatura. Toda atividade recreativa será ou uma brincadeira ou um jogo, não fugindo a isso. Os jogos, por sua vez, podem ser divididos em pequenos jogos e grandes jogos. A importância de se fixar essa diferenciação é que de acordo com a faixa etária que estivermos pretendendo animar, poderemos escolher que tipo de atividade empregar, pois de acordo com suas características, é notório que as brincadeiras atingem faixas etárias mais baixas, enquanto pequenos jogos atingem faixas etárias intermediárias, e os grandes jogos são mais propícios às faixas etárias mais elevadas.

O próprio recreacionista pode utilizar uma mesma atividade em forma de brincadeira, ou pequeno jogo ou grande jogo, adaptando-a ao público a ser atingido. Para transformar uma brincadeira em jogo, um pequeno jogo em grande jogo ou vice-versa, basta utilizar as regras de acordo com as características da atividade.

Referências Bibliográficas:

BRUHNS, Heloisa T. Abordagens teóricas sobre o lúdico. In: **O corpo parceiro e o corpo adversário**. Campinas. Papyrus, 1993.

DUMAZEDIER, J. “**Lazer e Cultura Popular**”. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, Norbert. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Memória e Sociedade: DIFEL, 1992.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização**. Vol.II. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1993.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Vol. I Rio de Janeiro: ZAHAR. 1990.

ISAYAMA, H.F., STROPPIA, E.A. & WERNECK, C.L.G. **Lazer e Mercado**. Campinas: Papyrus, 2001.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo, Pioneira, 1994

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. 2ª ed., Campinas: Papyrus, 1990.

MELO, M. P. **Políticas públicas de esporte/lazer em São Gonçalo/RJ: uma análise crítica da atuação da secretaria municipal de esporte e lazer**. Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação/EEF/UFMG, v.4, n.1, 2001.

WERNECK, C.L.G. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2001.157p.